



# XIV ANPED-CO

## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3390 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

### A TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS DE SEIS ANOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS A PARTIR DAS PÚBLICAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES

Dinairan Dantas Souza - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso  
Maurecilde Lemes da Silva Santana - UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso  
Cleide Aparecida Ferreira da Silva Gusmão - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

Esta pesquisa traz os resultados parciais da realização de Balanço de Produção sobre a transição das crianças de seis anos para o Ensino Fundamental de Nove Anos. Teve como objetivo identificar os aspectos pesquisados nas dissertações e teses e verificar os resultados obtidos pelos pesquisadores a respeito da temática. Utilizamos a abordagem quali/quantitativa para analisar dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados mostraram que os principais desafios na implementação da lei estão relacionadas aos subsídios teórico-metodológicos; atitude do governo/ Gestão/ CNE; falta de clareza dos professores e gestores das escolas sobre os documentos oficiais do MEC; formação continuada de professores; currículo/PPP; práticas pedagógicas; concepções de infância; centralidade da leitura e escrita no processo de ensino e aprendizagem das crianças; estrutura física, humana e materiais; dualidade no discurso educar x brincar; planejamentos, espaços e tempos e o cuidar.

**Palavras-chave:** Transição; Educação Infantil; Ensino Fundamental

### A TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS DE SEIS ANOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS A PARTIR DAS PÚBLICAÇÕES DE TESES E DISSERTAÇÕES

#### 1 Introdução

Diante da necessidade de compreender o contexto educacional, as mudanças nos paradigmas acerca dos sujeitos, das concepções, das teorias pedagógicas e das políticas públicas para a educação, o grupo de pesquisa Contextos Educativos da Infância, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres, vem realizando estudos e desenvolvendo pesquisas sobre as temáticas que envolvem a infância.

Neste trabalho apresentamos resultados parciais de estudos realizados pelo projeto de pesquisa Primeiro ano do Ensino Fundamental (EF): o olhar da criança de seis anos de idade, cujo objetivo é compreender o universo da transição das crianças de seis anos para o EF de Nove Anos.

Para tanto, realizamos um levantamento das dissertações e teses disponibilizadas no banco de dados da CAPES, no período de 2007 a 2015, com a finalidade de identificar os aspectos pesquisados e verificar os resultados obtidos pelos pesquisadores a respeito da temática.

O recorte do tempo de 2007 a 2015 se deu em vista da implantação da Lei 11.274/06, que ampliou o EF para nove anos de duração, de acordo com as indicações do Plano Nacional de Educação e determinações do Ministério da Educação, para garantir a universalização do acesso à essa etapa de ensino, bem como a necessidade de o Brasil aumentar a duração da escolaridade obrigatória.

Diante do volume de dados coletados nas dissertações e teses, que caracterizou um arcabouço teórico e metodológico, optamos por abordar neste artigo os trabalhos produzidos no período de 2007 a 2010, sendo que as produções dos demais anos farão parte de outros processos. Reiteramos que os trabalhos analisados neste estudo não representa a totalidade do acervo do banco de dados da CAPES no período indicado, pois algumas dissertações e teses não estavam disponíveis para acesso do arquivo completo, no momento da coleta dos objetos.

Na metodologia foi utilizada a abordagem quali/quantitativa e a pesquisa bibliográfica. Como afirma Gil, "a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]". (GIL, 2002, p.45)

Esta investigação se deu pela necessidade de compreender como a transição das crianças de seis anos para o EF vem ocorrendo, bem como para o grupo pesquisador compreender em que contextos educativos a(s) infância(s) se materializa(m), o que vem contribuir para o processo das suas necessidades formativas individuais e coletivas.

Quadro 1- Produções que constam no Banco da CAPES

#### Ano/ total de trabalhos encontrados

Descritor	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Ensino Fundamental de nove anos	1	2	4	3	6	8	5	1	2	32

Foram encontrados, entre dissertações e teses, 32 trabalhos, oriundos de diferentes universidades brasileiras. Destacamos que em 2007 e 2014 foram anos com menos publicações localizadas sobre o assunto e que de 2009 a 2013 aparece o maior número de publicações.

#### 2 Balanço de Produção

Capuchinho (2007) investigou quais os sentidos e significados do professor em relação ao EF de nove anos, e verificou que no cotidiano da sala de aula, as dificuldades e possibilidades da concretização de uma política pública são confrontadas com a realidade.

A autora verificou que muitos professores ainda têm uma visão equivocada a respeito dos principais objetivos da proposta, o que incide diretamente na prática em sala de aula. Destacou ainda, a necessidade de articulação nas três esferas (municipal, estadual e federal) para garantir investimentos físicos, humanos e materiais para a implementação e manutenção do novo sistema, bem como a necessidade de reformular planejamentos, para os tempos e espaços no primeiro ano do EF.

Abbiati (2008) investigou como o Conselho Nacional de Educação (CNE) se manifesta diante das necessidades administrativas e pedagógicas e o que a ampliação da duração do EF de nove anos tem gerado. Das análises, destacou implicações administrativas e pedagógicas e que manifestações do CNE não foram suficientemente esclarecedoras na organização dos diferentes sistemas com relação à ampliação do EF, portanto, não respondendo às necessidades administrativas e pedagógicas que a ampliação da duração do ensino fundamental gerou.

Araújo (2008) pesquisou como professores do primeiro ano do EF estão compreendendo a ampliação desse segmento de ensino, a inclusão de crianças de seis anos e como esses professores tiveram contato com os documentos que subsidiaram a implementação do EF. Concluiu que a inclusão de crianças de seis anos de idade no EF de nove anos caracterizou como uma questão política, financeira e de ampliação de vagas. Segundo a pesquisadora, a mudança traz prejuízos para as crianças, mas a

situação pode se apresentar de forma positiva, possível de promover reflexões sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem sobre as especificidades da infância. Ressaltou que as professoras sentem angústia, medo, falta de apoio e insegurança frente ao novo e que compreender essas questões ajuda a encontrar um modo de (re)pensar a educação.

Para Araújo (2008) a prática docente dos sujeitos pesquisados estava calçada em seus estudos de formação e na prática docente, o que não é suficiente para sanar as dúvidas em relação ao trabalho com as crianças de seis anos no EF. A autora afirma que há defasagem teórica de estudos sobre infâncias, dificuldade em perceber a não ruptura entre a brincadeira e o lúdico, o desenvolvimento e a aprendizagem entre EI e o EF.

Moya (2009) pesquisou qual foi o objetivo do MEC ao implementar um ano a mais de escolarização obrigatória e de que forma foi abordado o desenvolvimento da criança de seis anos e as particularidades nas orientações pedagógicas do MEC.

A autora evidenciou que os professores manifestaram muitas dúvidas em relação ao trabalho a ser desenvolvido quanto à organização do ensino, em relação ao lúdico e ao trabalho no processo de alfabetização com a criança que ingressa no primeiro ano, o que demonstrou que a prática pedagógica tem sido organizada sem o apoio das orientações do MEC, ou de um referencial teórico acerca do desenvolvimento infantil nessa faixa etária. A separação e a oposição entre as atividades lúdicas e as atividades de alfabetização revela a ideia de que as atividades lúdicas são paralelas aos conteúdos de ensino, bem como que a alfabetização é um trabalho metódico sem qualquer vínculo com a ludicidade. A formação que o professor recebeu não foi suficiente para que ele soubesse lidar com as novas mudanças.

Moya (2009) verificou que o EF de nove anos vem com a justificativa de inclusão de criança na educação obrigatória e na cultura letrada, isto é, permitir que as crianças de seis anos de idade entrem em contato com a leitura e a escrita. Isso significa inseri-las em situações de alfabetização e, ao mesmo tempo, de letramento. Neste sentido, na organização do ensino faz-se necessário assegurar as atividades lúdicas em equilíbrio com os conteúdos formais, devendo-se eleger os jogos e brincadeiras como eixo para estruturar os demais conteúdos de ensino.

Oliveira (2009) pesquisou uma questão muito específica, que foi o ingresso de crianças de seis anos, completados até trinta e um de dezembro, na educação obrigatória, no estado do Paraná. Segundo a pesquisadora, esse ato foi legítimo, porque foi discutido com os responsáveis pelas crianças e emitidos documentos pelos conselhos. Também, foi acompanhado pela sociedade civil e gerou muitas polêmicas que necessitaram de pareceres do Conselho Estadual de Educação.

Fontes (2009) investigou a expectativa dos pais em relação a ida das crianças de seis anos da EI para o EF e a compreensão das famílias sobre os impactos e mudanças ocorridas. A pesquisadora verificou que os pais não tinham elementos para perceber a relevância da ludicidade, não só pelo lazer, mas também pelo caráter educativo. Em relação ao ingresso das crianças de seis anos no EF, os pais se mostraram favoráveis. A ludicidade diminuiu ou quase desapareceu e os pais ressaltaram como positivo o fato de ter a matrícula garantida.

Silva (2009) investigou a implementação do EF de nove anos em Santa Catarina. Como resultado do trabalho, afirmou que uma diversidade de estratégias, tanto administrativas como pedagógicas, vinha sendo adotada pelos municípios para a implantação do EF de nove anos. No que tange à EI, destacou a ampliação pouco significativa das vagas, incipiente articulação entre a EI e o EF e ausência de garantias do caráter de não retenção às crianças matriculadas nas classes de primeiro ano do EF. A autora destacou ainda que, por mais que se constitua como medida de justiça social, o EF de nove anos é uma política focalizada que guarda potencialidades, mas também pode contemplar efeitos não desejáveis às crianças.

Mota (2010) pesquisou como a política do EF de nove anos vem se constituindo, e ao mesmo tempo, constituindo os sujeitos infantis. Para a autora, as crianças de seis anos passaram a ser alvo de novas relações de poder, para a produção de um novo sujeito escolar, que não é o mesmo da EI, mas que também não é o mesmo do primeiro ano do antigo EF de oito anos. Essa política educacional, para além do discurso de universalização e de igualdade de oportunidades, está pautada na razão governamental neoliberal, tendência internacional para as políticas educacionais.

Segundo Mota (2010) as políticas educacionais são fortemente envolvidas no processo do deslocamento na ênfase da administração para a gestão, na implementação de políticas de baixo custo, visto que manter as crianças de seis anos na EI demanda um investimento maior; na formação de habilidades e competências e o foco está nos procedimentos adotados para alcançar os objetivos. Os resultados são medidos, aferidos e quantificados para que sejam melhorados os índices de alfabetização, de sucesso escolar em relação aos países em desenvolvimento.

Sturion (2010) pesquisou com o objetivo de estabelecer uma relação entre os discursos prescritos nos documentos oficiais e os sentidos construídos pelas professoras, sujeitos da pesquisa. Chegou à conclusão de que é possível visualizar que os documentos querem qualidade de ensino e as professoras também, mas elas querem condições para que isso possa acontecer, não somente no ensino de nove anos, mas em todo o sistema educacional. A autora destacou, que no discurso das professoras foi identificada dualidade entre educar e brincar. Ela observou, também, que a proposta contida nos documentos oficiais se realiza perpassada pela experiência e história de vida de cada professora. Os dados mostraram para a autora várias e diferentes concepções dos entrevistados, sobre alfabetização, letramento, o brincar, espaço físico, número de alunos em sala de aula e sobre o próprio EF de nove anos, cujas concepções acabam por repercutir no trabalho desenvolvido pelas professoras em sala de aula.

Marega (2010) investigou de que forma o ensino para crianças de seis anos pode ser organizado levando em conta a transição da atividade lúdica para a atividade de estudo. O percurso de investigação levou-a a concluir, que existe a necessidade da condução pedagógica desse processo de transição. A autora alegou que, apesar de a atividade lúdica e a atividade de estudo não apresentarem as mesmas propriedades, ambas têm uma característica comum: o conteúdo. Ela destacou ser fundamental que o professor não reforce a diferença existente nessas atividades, opondo-as como uma ligada ao prazer, outra à obrigação, reservando tempo e espaço ora para uma, ora para outra, mas que as atividades devem se interagir e interpenetrarem-se.

## Considerações

Para a proposição deste artigo, foi necessária a identificação das produções acadêmicas disponibilizadas no banco de teses e dissertações da CAPES, entre os anos de 2007 a 2010, que versaram sobre a transição das crianças de seis anos para o EF de Nove Anos. Os aspectos que mais ganharam destaque nessas publicações foram: percepção das crianças, das professoras e dos pais sobre a transição das crianças de seis anos da EI para o EF; questões relacionadas aos subsídios teórico-metodológicos; atitude do governo/ Gestão/ CNE frente a implementação da lei; falta de clareza dos professores e gestão das escolas sobre os documentos oficiais do MEC; formação continuada de professores; currículo/PPP; práticas pedagógicas; concepções de infância; centralidade da leitura e escrita no processo de ensino e aprendizagem das crianças; estrutura física, humana e materiais; desenvolvimento integral; dualidade no discurso Educar x Brincar; planejamentos, espaços e tempos; cuidar e sentimentos e emoções de professores.

A partir dos resultados obtidos pelas pesquisadoras a respeito da temática, é possível reconhecer um conjunto de relações que traçam e identificam os sujeitos, as concepções, as teorias pedagógicas e as políticas públicas enquanto elementos dinâmicos de representações de crianças e infâncias nesse processo de transição.

A respeito das políticas públicas nesse processo de transição, as dissertações e teses apresentaram evidências sobre o caráter político dessa implementação, a ligação com os preceitos neoliberal de gestão pública para educação, bem como, tornou-se recorrente a ausência de financiamento tanto para a estrutura física das escolas, quanto para formação pedagógica dos professores, as intencionalidades das políticas públicas que pouco garantem qualidade no processo de ensino e aprendizagens. O primeiro ano do EF enfrenta limites na implementação das políticas educacionais no tocante ao baixo custo em manter crianças de seis anos no EF em detrimento da EI, bem como, a aprendizagem centrada nas competências e habilidades como parâmetro para implementação de avaliação de larga escala.

Em relação a formação dos professores, as dissertações e teses apresentaram desafios, quando revelaram a necessidade formativa dos professores e gestores na perspectiva de compreender as especificidades da criança de seis anos de idade. Revelou também, como desafio a ser superado, a fragilidade teórica no contexto da ludicidade, alfabetização e letramento, como saberes necessários no desenvolvimento da prática pedagógica dos professores.

Portanto, os autores pesquisados externaram a necessidade de mudanças no cotidiano escolar, que perpassam pela infraestrutura da escola, dos materiais e, principalmente, na formação dos docentes, acerca de compreender as especificidades das crianças, permitindo repensar as políticas constituídas para a formação e desenvolvimento profissional e pessoal entre os sujeitos envolvidos nesse processo de transição.

## Referências

ABBIATI, Andréia Silva. **A Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos: Um Estudo Sobre as Manifestações do Conselho Nacional de Educação.** Disponível em <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/CUGWHMBOSUNW.pdf>. Acesso em 12/08/2017.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barros de Freitas. **Construindo Sentidos Para a Inclusão das Crianças de Seis Anos de Idade no Ensino Fundamental De Nove Anos: um diálogo com professores.** Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3490/1/ritadecassiabarrodefreitasaraujo.pdf>. Acesso em 12/08/2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**. Orientações para inclusão de crianças de seis anos. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

CAPUCHINHO, Alessandra de Oliveira. **Sentidos e Significados Produzidos Pelo Professor Sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos.** Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/16360/1/Alessandra%20de%20Oliveira%20Capuchinho.pdf>. Acesso em 04/09/2017.

FONTES, Valeria Longobardo. **A Escola de 9 Anos, Características e Impactos por Meio de Representações Parentais: Um Estudo na Rede Municipal de Ensino de Araraquara.** Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10771/1/Valeria%20Longobardo%20Fontes.pdf>. Acesso em 04/9/2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil** – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MAREGA, Ágatha Marine Pontes. **A Criança de Seis Anos na Escola: Transição da Atividade Lúdica para a Atividade de Estudo.** Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2010\\_agatha.pdf](http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2010_agatha.pdf). Acesso em 05/09/2017.

MOTA, Maria Renata Alonso. **As Crianças de Seis Anos No Ensino Fundamental de Nove Anos e o Governo da Infância.** Disponível em: [http://disde.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/651/2010\\_Mota\\_As%20crian%C3%A7as%20de%20seis%20anos%20no%20ensino%20fundamental%20de%20sequence=1&isAllowed=y](http://disde.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/651/2010_Mota_As%20crian%C3%A7as%20de%20seis%20anos%20no%20ensino%20fundamental%20de%20sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 14/08/2017.

MOYA, Doris de Jesus Lucas. **A Criança de Seis Anos de Idade no Ensino Fundamental: Práticas e Perspectivas.** Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2009\\_doris.pdf](http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2009_doris.pdf). Acesso em 04/09/2017.

OLIVEIRA, Delvana Lúcia de. **A Implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos no Estado Do Paraná.** Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1289/1/Delvana%20Lucia%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em 04/09/2017.

SILVA, Rute da. **A Implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos e Seus Efeitos para Educação Infantil: Um Estudo em Municípios Catarinenses** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92559>. Acesso em 05/09/2017.

STURION, Fernanda. **O Ensino Fundamental de Nove Anos: O Que Revelam Professores em seus Discursos** Disponível em: [https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/11032011\\_150736\\_dissertacao.pdf](https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/11032011_150736_dissertacao.pdf). Acesso em 04/09/2017.